

**COMPROVANTE DE ABERTURA**

**Processo: N° 131610/2023 Cód. Verificador: WE48Y841**

**Requerente:** 705845 - BEN HUR CUSTODIO DE OLIVEIRA  
**CPF/CNPJ:** 790.676.469-20  
**Endereço:** RUA ARCIONE CANTADOR GRABOWSKI N° 661 **CEP:**83.704-582  
**Cidade:** Araucária **Estado:**PR  
**Bairro:** FAZENDA VELHA  
**Fone Res.:** 41-3642-9341 **Fone Cel.:**(41) 99639-8648  
**E-mail:** gabinetebenhur@gmail.com  
**Assunto:** CMA - DOC INTERNO  
**Subassunto:** CMA - PROJETO DE LEI  
**Data de Abertura:** 10/10/2023 08:30  
**Previsão:** 25/10/2023



**VERIFIQUE A AUTENTICIDADE  
COM O QR CODE**

**Anexos**

Projeto Lei n° 363-2023 Taxi.pdf  
FOLHA DE INFORMAÇÃO.pdf  
Comprovante de envio.pdf  
Parecer Jurídico 296-2023.pdf  
FOLHA PARA AS COMISSÕES.pdf  
EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI 363- 2023.pdf  
314-2023 PARECER DO PL 363-2023 AUTORIA DO BEN HUR - CJR.pdf  
VOTAÇÃO PARECER 314 CJR - PL363-2023.pdf  
PROJETO DE LEI 363-2023 NA INTEGRA.pdf  
VOTAÇÃO EMENDA MODIFICATIVA AO PL N° 363.2023.pdf  
1ª VOTAÇÃO AO PROJETO DE LEI 363.2023.pdf  
PL 363-2023 - Redação para 2ª votação.pdf  
2ª VOTAÇÃO AO PROJETO DE LEI 363.2023.pdf  
Ofício e Comprovante 327-2023 - PL 363-2023.pdf  
Folha de Arquivamento.pdf

**Observação**

Projeto de Lei N 363 - Serviço de taxi

**BEN HUR CUSTODIO DE OLIVEIRA**

*Requerente*

**NELSON MARTINS BUENO JUNIOR**

*Funcionário(a)*

Recebido



**Prefeitura do Município de Araucária**

**Processo nº 131610/2023**

**DESPACHO**

À CMA - GABINETE BEN HUR

Projeto de Lei N 363 - Serviço de taxi

Araucária, 10/10/2023 08:30

NELSON MARTINS BUENO JUNIOR

O Vereador Ben Hur Custódio de Oliveira no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Orgânica do Município de Araucária em seu art. 40 §1º, alínea a, propõe:

**PROJETO DE LEI Nº 363/2023**

Ementa: Inclui dispositivos na Lei Municipal nº 2360/2011.

Art. 1º Fica inserido o §3º no art. 22 da Lei Municipal nº 2360/2011, com a seguinte redação

§3º É proibida a prestação do serviço de Taxi, cuja viagem tenha origem e se inicie dentro os limites territoriais de Araucária, por Taxi oriundo de outro município ou estado, considerando neste caso veículo sem licenciamento e autorização para prestação do serviço de transporte remunerado, pois não atende os requisitos desta lei, ficando sujeito a fiscalização por parte da SMUR através do Departamento de Trânsito Municipal ou seu equivalente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação

**Justificativa**

Considerando a realidade econômica dos prestadores de serviço de Taxi do Município de Araucária, que tem tido prejuízos causados por transporte de passageiros realizados por Taxi de outros municípios e estados, com origem do percurso iniciado dentro do território municipal de Araucária-PR, em desacordo com a autorização e licenciamento estipulado pela Lei Municipal nº 2360/2011, se faz necessário o estabelecimento de competência ao Órgão Municipal de Trânsito, para fiscalização desta prática ilegal, pois os Taxis de outros municípios não atendem os requisitos da legislação aplicável, qual seja a Lei Municipal que regula o serviço.<sup>3</sup>

Cada município é responsável por dar a autorização para os taxistas que desejam realizar esse tipo de viagem, seguindo sua diretriz.

Câmara Municipal de Araucária, 10 de Outubro de 2023.



Assinado digitalmente por:  
**BEN HUR CUSTODIO DE OLIVEIRA**

790.676.469-20  
10/10/2023 08:39:17

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

**Ben Hur Custódio de Oliveira**  
**Vereador**





**Prefeitura do Município de Araucária**

**Processo nº 131610/2023**

## **DESPACHO**

À CMA - DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO

Segue ao Diprole para inclusão dos expedientes recebidos na próxima sessão plenária

Araucária, 10/10/2023 08:47

NELSON MARTINS BUENO JUNIOR  
CMA - GABINETE BEN HUR

## FOLHA DE INFORMAÇÃO

À Diretoria Jurídica:

Para Parecer.

Informamos que o presente Projeto de Lei, foi recebido na 110ª Sessão Ordinária do dia 10/10/2023 e o prazo para análise da matéria será de 20 (vinte) dias úteis para cada Comissão designada, prorrogável por mais 5 (cinco) pelo Presidente da Câmara, mediante requerimento fundamentado, conforme o Art. 62, do Regimento Interno.

Em 10 de outubro de 2023.



Assinado digitalmente por:  
**ENERZON DARCY HARGER VIEIRA**  
624.809.289-34  
10/10/2023 10:20:02

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

**Enerzon Darcy Harger Vieira**  
**Diretor do Processo Legislativo**

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 10/10/2023 10:20:03-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/tp65254f89332e1>.  
POR ENERZON DARCY HARGER VIEIRA - (624.809.289-34) EM 10/10/2023 10:20





# MUNICIPIO DE ARAUCARIA - PREFEITURA

Pág 1 / 1

Gerenciamento de Documentos

Comprovante de Envio de Arquivos por E-mail

Código - Notificações do Sistema - Notificações do Sistema - Destinatários: 6282530 Sequência -  
Arquivos: 7383234

## Comprovante de Envio de Arquivos por E-mail

Comprovante de envio do(s) documento(s) Projeto Lei nº 363-2023 Taxi.pdf, enviado as 10:28hrs do dia 10/10/2023 para os seguintes destinatários:

Código	Nome	CPF/CNPJ	E-mail
120154	PEDRO FERREIRA DE LIMA	633.689.869-53	gab_pedro.ferreira@araucaria.pr.leg.br
259810	IRINEU CANTADOR	307.519.939-72	vereadoririneucantador@gmail.com
533106	RICARDO TEIXEIRA DE OLIVEIRA	030.676.329-07	ver.ricardoteixeira45@gmail.com
553751	FABIO ALMEIDA PAVONI	052.381.579-40	pavonifabiopavoni@gmail.com
705845	BEN HUR CUSTODIO DE OLIVEIRA	790.676.469-20	gabinetebenhur@gmail.com
712965	CELSONICACIO DA SILVA	962.692.606-63	gesilenerosa92@gmail.com
879029	EDUARDO RODRIGO DE CASTILHOS	004.091.719-30	castilhoseduardo@hotmail.com
1542249	VILSON CORDEIRO	037.688.759-11	gab_vilson.cordeiro@araucaria.pr.leg.br
1895753	APARECIDO RAMOS ESTEVÃO	620.959.941-91	aparecidodareciclagem@gmail.com
1998080	SEBASTIAO VALTER FERNANDES	813.551.739-49	svalter.fernandes@gmail.com
2068800	VAGNER JOSÉ CHEFER	094.695.659-67	vagjosechefer@gmail.com

### Informações da Mensagem de E-mail:

**Assunto:**

Envio de Arquivos por Email

**Mensagem:**

ENCAMINHO PROJETO DE LEI PARA CIÊNCIA DO MESMO. PROJETO APRESENTADO E ENVIADO EM 10/10/2023 NA SESSÃO 110°.

O(s) documento(s) encontra(m)-se em anexo.



**Prefeitura do Município de Araucária**

**Processo nº 131610/2023**

**DESPACHO**

À CMA - DIRETORIA JURÍDICA

SEGUE À DIRETORIA JURÍDICA PARA EMISSÃO DE PARECER

Araucária, 16/10/2023 10:13

EMANOELE DE DEUS SAVAGIN  
CMA - DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

**PROCESSO LEGISLATIVO Nº 131610/2023**

**PROJETO DE LEI Nº 363/2023**

**EMENTA: “INCLUI DISPOSITIVOS NA LEI MUNICIPAL Nº 2360/2011.”**

**INICIATIVA: VEREADOR BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA**

**PARECER LEGISLATIVO Nº 296/2023**

**I – DO RELATÓRIO**

**O** Senhor Vereador Ben Hur Custódio De Oliveira encaminha projeto de lei em epígrafe que altera a redação do art. 22º da Lei Municipal nº 2360/2011, que dispõe sobre a “proibida a prestação do serviço de Táxi, cuja viagem tenha origem e se inicie dentro os limites territoriais de Araucária, por Táxi oriundo de outro município ou estado, considerando neste caso veículo sem licenciamento e autorização para prestação do serviço de transporte remunerado, pois não atende os requisitos desta lei, ficando sujeito a fiscalização por parte da SMUR através do Departamento de Trânsito Municipal ou seu equivalente.”

Apresentando como justificativa que:

*“Considerando a realidade econômica dos prestadores de serviço de Taxi do Município de Araucária, que tem tido prejuízos causados por transporte de passageiros realizados por Taxi de outros municípios e estados, com origem do percurso iniciado dentro do território municipal de Araucária-PR, em desacordo com a autorização e licenciamento estipulado pela Lei Municipal nº 2360/2011, se faz necessário o estabelecimento de competência ao Órgão Municipal de Trânsito, para fiscalização desta prática ilegal, pois os Taxis de outros municípios não atendem os*







**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

*requisitos da legislação aplicável, qual seja a Lei Municipal que regula o serviço.*

*Cada município é responsável por dar a autorização para os taxistas que desejam realizar esse tipo de viagem, seguindo sua diretriz.”*

Após breve relatório, segue parecer.

## **II – ANÁLISE JURÍDICA QUANTO A PROPOSIÇÃO DO PROJETO DE LEI**

Segundo o art. 40, § 1º da Lei Orgânica do Município, compete ao Vereador a iniciativa de projetos de Lei:

*“Art. 40...*

*§ 1º – A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:*

*a) do Vereador;”*

A Constituição Federal prevê sobre Leis Ordinárias que:

*Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

A alteração recai sobre dispositivos da Lei Municipal nº 2360/2011, incluindo dispositivos com a proibição de prestação do serviço de Táxi, cuja viagem tenha origem e se inicie dentro os limites territoriais de Araucária, por Táxi oriundo de outro município ou estado, considerando neste caso veículo sem licenciamento e autorização para prestação do serviço de transporte remunerado, pois não atende os requisitos desta lei, ficando sujeito a fiscalização por parte da SMUR através do Departamento de Trânsito Municipal ou seu equivalente.”





**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

Segundo a mensagem do Vereador, a alteração contida no art. 1º do presente projeto de lei faz-se necessária para ajudar os taxistas que tem tido prejuízos causados por transportes de passageiros realizados por taxistas de outros municípios.

Apresentamos a modificação proposta pelo Vereador:

- O art. 1º do Projeto de Lei nº 363/2023, altera a redação do art. 22º, incluindo o §3º da Lei Municipal nº 2360/2011, que atualmente possui a seguinte redação:

*Art. 22º É vedada a execução de Serviços de Táxi no Município de Araucária sem a permissão da Companhia Municipal de Transporte Coletivo de Araucária - CMTC/Araucária.*

*§ 1º A execução de Serviço de Táxi no Município de Araucária sem a permissão da CMTC/Araucária constitui infração, punível com as seguintes sanções, que podem ser aplicadas concomitantemente:*

*I - Apreensão e recolhimento do veículo que estiver sendo utilizado para a execução do Serviço de Táxi sem permissão, por até 45 (quarenta e cinco) dias, e, no caso de reincidência, por até 90 (noventa) dias, permitida a cobrança de taxa de permanência diária do veículo;*

*II - Proibição do condutor infrator de ser permissionário de Serviço de Táxi no Município pelo período de 12 (doze) meses, a partir da infração;*

*III - Proibição do condutor infrator de ser condutor auxiliar no Município pelo período de 06 (seis) meses, a partir da infração;*

*IV - Multa ao condutor infrator, bem como ao proprietário do*

Rua Irmã Elizabeth Werka,55 – Jardim Petrópolis – CEP 83704-580 – Araucária-PR- Fone/Fax: (41) 3641-5200

**Documento Assinado Digitalmente em 25/10/2023 16:06:12 por IVANDRO NEGRELO MOREIRA**

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 25/10/2023 16:06:03-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/tp65396723748bd>.  
POR IVANDRO NEGRELO MOREIRA - (052.292.859-58) EM 25/10/2023 16:06





**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

*veículo se diferentes, em valor equivalente a 200 (duzentas) bandeiradas em vigor no Município de Araucária, sendo dobrado o valor a cada reincidência pelo período de um ano.*

*§ 2º Os valores arrecadados com as multas previstas no inciso IV do § 1º serão revertidos, igualmente, para os Fundos Municipais dos Direitos da Pessoas com Deficiência e dos Direitos do Idoso de Araucária. (Redação dada pela Lei nº 2851/2015).”*

Tendo o parágrafo o seguinte conteúdo

*§3º É proibida a prestação do serviço de Taxi, cuja viagem tenha origem e se inicie dentro dos limites territoriais de Araucária, por Taxi oriundo de outro município ou estado, considerando neste caso veículo sem licenciamento e autorização para prestação do serviço de transporte remunerado, pois não atende os requisitos desta lei, ficando sujeito a fiscalização por parte da SMUR através do Departamento de Trânsito Municipal ou seu equivalente.*

Por outro lado, em análise ao Projeto de Lei nº 363/2023, verificamos que em toda a sua extensão há invasão de competência que é exclusiva da Secretaria Municipal de Urbanismo, como prevê a Lei nº 1.547/2005, em seu art. 29, inciso II:

*“Art. 29. É de competência da Secretaria Municipal de Urbanismo, composta pelas Superintendências de Urbanismo e Superintendência Serviços Públicos, as seguintes atribuições: a programação, a coordenação e a execução da política urbanística, do trânsito, transporte escolar, táxi e fretamento em geral e a execução orçamentária de sua área. (Redação dada pela Lei nº 3312/2018)*

*I - Superintendência de Urbanismo: programação, a coordenação e a execução da política urbanística o cumprimento do Plano Diretor e a obediência do Código de Posturas e Obras, da ocupação e uso do solo; a fiscalização e a aprovação dos loteamentos; o exame, a aprovação e a fiscalização de projetos de obras e edificações; a fixação das diretrizes e políticas de tráfego urbano; a expedição de atos de autorização,*

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 25/10/2023 16:06:03-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p65396723748bd>.  
POR IVANDRO NEGRELO MOREIRA - (052.292.859-58) EM 25/10/2023 16:06





**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

*permissão ou concessão de uso e parcelamento do solo; o fornecimento e controle da numeração predial; a identificação dos logradouros públicos; a atualização do sistema cartográfico municipal; as atividades inerentes a coibir as construções e loteamentos clandestinos; a racionalização e manutenção atualizada do cadastro predial do Município; o gerenciamento da política de publicidade nos logradouros e bens públicos; (Redação dada pela Lei nº 3228/2017)*

*II - Superintendência de Serviços Públicos: o gerenciamento dos serviços de limpeza, conservação e o controle de terrenos no perímetro urbano; a execução das atividades concernentes à iluminação pública do Município, a viabilização dos serviços públicos de água e esgoto; a execução das atividades de manutenção do sistema de sinalização, controle e apoio do trânsito; a administração e a exploração do estacionamento em vias públicas; a administração do trânsito no Município, atuando como órgão executivo de trânsito e executivo rodoviário, conforme disposto no artigo 8º da Lei Federal nº 9.503/1997 - Código Brasileiro de Trânsito; manutenção e controle de obras e projetos de calçamento de vias públicas; a fiscalização das atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços irregulares no Município; controlar, fiscalizar e regulamentar os serviços de transporte escolar, de transporte de passageiros em veículos automotores tipo táxi e os fretamentos em geral; (Redação dada pela Lei nº 3228/2017)”*

As Secretarias, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Araucária em seu art. 63, inciso I, são órgãos da Administração Direta, dessa forma, cabe ao prefeito, como apregoa o art. 41, inciso V, a iniciativa do projeto de lei:

*“Art. 63. O Município exercerá sua administração através de órgãos da Administração Direta e Indireta.*

*I - a Administração Direta será exercida através de Secretarias, Departamentos e Regionais;”*

*“Art. 41. Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa de Projetos de Lei que:*

*[...]*

*V - criem e estruturam as atribuições de entidades da administração pública, direta e indireta.”*





**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

Assim, a autorização para realização das atribuições dos órgãos públicos diz respeito à organização e funcionamento do Poder Executivo, portanto, adentra na matéria de iniciativa privativa do Poder Executivo, consoante se estabelece por simetria à Constituição Estadual, em seu art. 66, inciso IV:

*“Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

*[...]*

*IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.”*

Está clara a invasão de competência, uma vez que cabe ao Prefeito a análise do Projeto de Lei para prever quais serão as mais benéficas medidas a serem tomadas para a realização da atividade proposta. O doutrinador Leandro Barbi de Souza versa que:

*“A fase do processo legislativo que deflagra a elaboração de uma lei, abrindo etapa externa da atividade legislativa, com a pública e transparente discussão e deliberação de seu conteúdo, em uma casa parlamentar. A regra indica que o exercício de iniciativa de uma lei é geral. Encontra-se disponível ao parlamentar, a uma bancada, a uma comissão legislativa permanente ou especial, ao chefe do governo e aos cidadãos. Há situações, no entanto, em que o exercício da iniciativa de uma lei é reservado. Nessas hipóteses, apenas quem detém competência para propor o projeto de lei pode apresentá-lo”. (Grifou-se).1*

Ainda é necessário dizer sobre o princípio da separação de poderes no qual nos diz que *“Ao Executivo haverá de caber sempre o exercício de atos que impliquem no gerir as atividades municipais. Terá, também, evidentemente, a iniciativa das leis que lhe propiciem a boa execução dos trabalhos que lhe são atribuídos. Quando a Câmara Municipal, o órgão meramente legislativo, pretende intervir na forma pela qual se dará esse gerenciamento, está a usurpar funções que são de incumbência do Prefeito”* (Adin n. 53.583-0, rel. Des. FONSECA TAVARES).”

Cumpre observar que legislar sobre táxi é matéria que pode envolver





**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

outros bens jurídicos, cuja disciplina encontra-se circunscrita à iniciativa legislativa privativa do Executivo, tais como administração e organização de bens públicos.

Ressalta-se que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo tem jurisprudência pacífica a respeito do vício de iniciativa parlamentar de leis de conteúdo semelhante a esta propositura:

*"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI DO MUNICÍPIO DE SUZANO, DE INICIATIVA PARLAMENTAR, QUE ALTERA O REGIME DE CONCESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DE ALVARÁ PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÁXIS NA CIDADE - VÍCIO DE INICIATIVA - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES (ART. 50, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL) - INGERÊNCIA NA COMPETÊNCIA DO EXECUTIVO, POR TRATAR DE MATÉRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E ATOS ADMINISTRATIVOS - AÇÃO PROCEDENTE."*

*(TJSP, Órgão Especial, ADIN n. 0204840-55.2012.8.26.0000, Rel. Des. Enio Zuliani, j. 27.02.13)*

*"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL DE CAPÃO BONITO, DE INICIATIVA PARLAMENTAR, DISPONDO SOBRE A ATIVIDADE DE TAXISTA NO MUNICÍPIO, E A CONCESSÃO DE ALVARÁ. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. INVASÃO DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO EXECUTIVO. AÇÃO PROCEDENTE PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº 3.467/11 DO MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO." (TJSP, ÓRGÃO ESPECIAL, ADIN N. 0078385-79.2011.8.26.0000, REL. DES. RUY COPPOLA, J. 21.09.11) (GRIFAMOS)*

Ainda, apresentamos o entendimento:

*"EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. TRANSPORTE REMUNERADO DE PASSAGEIROS E MERCADORIAS POR MOTOCICLETAS (MOTOTAXI E MOTO-ENTREGA). VÍCIO DE COMPETÊNCIA INEXISTENTE. COMPETÊNCIA DO PODER*







**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

*EXECUTIVO. VÍCIO DE INICIATIVA. AUMENTO DE DESPESAS. INEXISTÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. INCONSTITUCIONALIDADE. PRETENSÃO EM PARTE ACOLHIDA. 1. COMPETE AO MUNICÍPIO LEGISLAR SOBRE MATÉRIA DE INTERESSE LOCAL, OBSERVADOS OS PRINCÍPIOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, CONFORME PREVEEM § 1º DO ART. 165 E O ART. 171 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. 2. EM PRINCÍPIO, É CONSTITUCIONAL A LEI MUNICIPAL Nº 5.016, DE 2010, DE POUSO ALEGRE, QUE REGULAMENTA O TRANSPORTE REMUNERADO DE PASSAGEIROS E MERCADORIAS POR MOTOCICLETAS DISCIPLINADO PELA UNIÃO NA LEI Nº 12.009, DE 2009. 3. É DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO INICIAR O PROCESSO LEGISLATIVO REFERENTE À ORGANIZAÇÃO DE SUAS ATIVIDADES OU QUE IMPORTE EM AUMENTO DE DESPESA PÚBLICA. 4. INCIDE EM INCONSTITUCIONALIDADE A LEI, RESULTANTE DE INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO, QUE DISPÕE SOBRE TRANSPORTE REMUNERADO DE PASSAGEIROS E MERCADORIAS POR MOTOCICLETAS, PORQUE GERA OBRIGAÇÕES PARA O PODER EXECUTIVO, ACARRETA AUMENTO DE DESPESA, SEM INDICAR FONTE DE CUSTEIO. ASSIM, HOVE INGERÊNCIA DO PODER LEGISLATIVO NO PODER EXECUTIVO, O QUE AFRONTA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SEPARAÇÃO DE PODERES. 5. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE.” (ADI 1.0000.12.125722- 4/000 1257224-38.2012.8.13.0000 (1), REL. DES. CAETANO LEVI LOPES, ORGÃO ESPECIAL, PUB. 05/09/14). (GRIFAMOS)*

Portanto, não se mostra competente a iniciativa de vereadores para deflagrar o aludido Projeto.

### **III – DA RECOMENDAÇÃO**

Pede alteração no texto do §3º proposto acrescentando letra “d” no





**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

trecho: (...) inicie dentro Dos limites territoriais (...) como correção do texto.

#### **IV – DA CONCLUSÃO**

Reconhecemos como relevantes e meritórias as razões que justificam a pretensão do Vereador, por todo o exposto, conclui-se que a matéria em análise é de competência local, contudo, deve ser objeto de proposição a ser apresentada pelo Poder Executivo. Pode o Parlamentar sugerir por meio de Indicação a matéria para o Poder competente, assim, somos pelo arquivamento do presente projeto de lei.

Insta observar que a presente proposição segue as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Diante do previsto no art. 52, I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária a matéria está no âmbito de competência **da Comissão de Justiça e Redação** a qual caberá lavrar o parecer ou solicitar informações que entender necessárias.

**É o parecer.**

Diretoria Jurídica, 25 de Outubro de 2023.



Assinado digitalmente por:  
**IVANDRO NEGRELO  
MOREIRA**

052.292.859-58  
25/10/2023 16:06:03

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

***IVANDRO NEGRELO MOREIRA***

***OAB/PR 73.455***

***KAYLAINE DA GRAÇA RIBEIRO RODRIGUES***

***ESTAGIÁRIA DE DIREITO***

Rua Irmã Elizabeth Werka,55 – Jardim Petrópolis – CEP 83704-580 – Araucária-PR- Fone/Fax: (41) 3641-5200

**Documento Assinado Digitalmente em 25/10/2023 16:06:12 por IVANDRO NEGRELO MOREIRA**

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 25/10/2023 16:06-03:00-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/tp65396723748bd>.  
POR IVANDRO NEGRELO MOREIRA - (052.292.859-58) EM 25/10/2023 16:06







**Prefeitura do Município de Araucária**

**Processo nº 131610/2023**

## **GUIA DE TRAMITAÇÃO**

À CMA - PRESIDENTE

Parecer.

Araucária, 25/10/2023 16:08

KAYLAINE DA GRACA RIBEIRO RODRIGUES  
CMA - DIRETORIA JURÍDICA

**FOLHA DE INFORMAÇÃO**

De: Presidência  
Para: Comissões Técnicas

Encaminhamos o Processo Legislativo nº 131610/2023 (Projeto de Lei nº 363/2023) à Sala das Comissões Técnicas, para prosseguimento regimental.

Araucária, 25 de Outubro de 2023.

Atenciosamente,



Assinado digitalmente por:  
**BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA**

790.676.469-20  
25/10/2023 16:23:16

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

**Ben Hur Custódio De Oliveira**  
**PRESIDENTE**





**Prefeitura do Município de Araucária**

**Processo nº 131610/2023**

**DESPACHO**

À CMA - SALA DAS COMISSÕES

FOLHA DE INFORMAÇÃO - SEGUE PARA COMISSÕES TÉCNICAS

Araucária, 25/10/2023 16:30

JOCELI TEREZINHA VAZ TORRES  
CMA - PRESIDENTE



**Prefeitura do Município de Araucária**

**Processo nº 131610/2023**

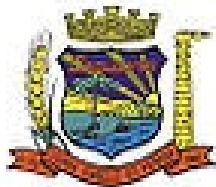
**DESPACHO**

À CMA - GABINETE PEDRO DE LIMA

ENCAMINHADO AO GABINETE DO VEREADOR PEDRO DE LIMA PARA  
EMIÇÃO DE PARECER Nº314/2023-CJR EM SETE DIAS ÚTEIS.

Araucária, 26/10/2023 10:06

MARIANA TELES GRESSINGER  
CMA - SALA DAS COMISSÕES



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL**  
**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS**

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 363/2023**

O Vereador Pedro Ferreira de Lima infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Araucária a seguinte proposição:

Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 363/2023, que “Inclui dispositivos na Lei Municipal nº 2360/2011”.

**Art. 1º** Modifica-se o “art. 1º” do referido projeto de lei, que a insere o §3º no art. 22 da Lei Municipal nº 2360/2011, para que a redação do §3º, para que passe a vigorar com a seguinte maneira:

“§3º É proibida a prestação do serviço de Taxi, cuja viagem tenha origem e se inicie dentro dos limites territoriais de Araucária, por Taxi oriundo de outro município ou estado, considerando neste caso veículo sem licenciamento e autorização para prestação do serviço de transporte remunerado, pois não atende os requisitos desta lei, ficando sujeito a fiscalização por parte da SMUR através do Departamento de Trânsito Municipal ou seu equivalente.”

**JUSTIFICATIVA**

A diretoria jurídica desta casa sugere para fins de adequação às determinações contidas na Lei Complementar nº 95/1998 que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, sugerimos as alterações.

Câmara Municipal de Araucária, 26 de outubro de 2023.



Assinado digitalmente por:  
**PEDRO FERREIRA DE LIMA**

633.689.869-53  
26/10/2023 11:10:26

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

**PEDRO FERREIRA DE LIMA**

Vereador Relator CJR

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/10/2023 11:10-03:00-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p653a7357e469>.  
POR PEDRO FERREIRA DE LIMA - (633.689.869-53) EM 26/10/2023 11:10





# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

O FUTURO DA CIDADE PASSA AQUI  
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATTO

## PARECER N° 314/2023

Da comissão de justiça e redação sobre o **projeto de lei n° 363/2023**, de iniciativa do vereador Ben hur Custódio de Oliveira que “Inclui dispositivos na Lei Municipal n° 2360/2011”

### I – RELATÓRIO

A Comissão de Justiça e Redação examina o Projeto de Lei n° 363 de 2023, de autoria do Senhor Vereador Ben Hur Custódio de Oliveira, que inclui dispositivos na Lei Municipal n° 2360/2011.

O referido Projeto de Lei vem acompanhado de justificativas – “Considerando a realidade econômica dos prestadores de serviço de Táxi do Município de Araucária, que tem tido prejuízos causados por transporte de passageiros realizados por Táxi de outros municípios e estados, com origem do percurso iniciado dentro do território municipal de Araucária-PR, em desacordo com a autorização e licenciamento estipulado pela Lei Municipal n° 2360/2011, se faz necessário o estabelecimento de competência ao Órgão Municipal de Trânsito, para fiscalização desta prática ilegal, pois os Táxis de outros municípios não atendem os requisitos da legislação aplicável, qual seja a Lei Municipal que regula o serviço.<sup>3</sup> Cada município é responsável por dar a autorização para os taxistas que desejam realizar esse tipo de viagem, seguindo sua diretriz.”

Após breve relatório seguimos para a análise da Comissão de Justiça e Redação.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/10/2023 11:46:03-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p653a7ba8b2b72>.  
POR PEDRO FERREIRA DE LIMA - (633.689.869-53) EM 26/10/2023 11:46





# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

O FUTURO DA CIDADE PASSA AQUI  
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATTO

## II – ANÁLISE

Inicialmente, importante ressaltar que compete a Comissão de Justiça e Redação a análise de Projetos de Lei com matérias referentes aos aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos e demais, conforme segue:

**Art. 52.** Compete:

I – à Comissão de Justiça e Redação, os aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos, de técnica legislativa de todas as proposições e elaboração de redação final, na conformidade do aprovado, salvo as exceções previstas neste Regimento (Art. 154, § 2º Art. 158; Art. 159, inciso III e Art. 163, 2º);

Dessa forma, cabe a esta comissão o processamento do presente projeto.

Em tempo, a Constituição Federal em seu artigo 30, I e a Lei Orgânica do Município de Araucária em seu Art. 5º, I, descreve que compete ao Município legislar sobre matérias de interesse local:

**“Art. 30.** Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;”

Além disso, verifica-se que a legislação discorre sobre o poder e a competência de autoria do Vereador em Projetos de Lei, conforme o Art. 40, § 1º, a, da Lei Orgânica Municipal de Araucária:

**“Art. 40.** O processo legislativo compreende a elaboração de:

§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:

a) do Vereador;”

Conforme apregoa a Constituição Federal em seu art. 61, *caput*, cabe ao poder legislativo:

**“Art. 61.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. ”

A Lei Orgânica do Município de Araucária, impõe competência da Câmara Municipal para deliberar e propor medidas que complementem leis no que couber.







# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

O FUTURO DA CIDADE PASSA AQUI  
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATTO

“Art. 10 Compete à Câmara Municipal deliberar sobre matéria da competência do Município, sujeita à sanção do Prefeito, especialmente sobre:

(...)

XVI – propor medidas que complementem a Legislação Federal e Estadual no que couber.

Cumpre ressaltar que a presente proposição não atendeu as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Desta forma, o relator elaborou emenda modificativa que será deliberada em sessão plenária e está anexada ao processo legislativo.

## III – VOTO

Diante de todo o exposto e, com base no que verificou-se através do presente, no que compete à comissão de justiça e redação não se vislumbra óbice ao prosseguimento do Projeto de Lei de nº 363/2023. Assim, **SOMOS FAVORÁVEIS AO TRÂMITE DO REFERIDO PROJETO DE LEI COM EMENDA**, ao qual deve ser dado ciência aos vereadores, bem como, submetido à deliberação plenária para apreciação conforme o Regimento Interno desta Câmara Legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2023.



Assinado digitalmente por:  
**PEDRO FERREIRA DE LIMA**

633.689.869-53  
26/10/2023 11:45:54

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

**Ver. Pedro Ferreira de Lima**  
*Presidente-Relator CJR*

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/10/2023 11:46:03-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p653a7ba8b2b72>.  
POR PEDRO FERREIRA DE LIMA - (633.689.869-53) EM 26/10/2023 11:46







**Prefeitura do Município de Araucária**

**Processo nº 131610/2023**

## **DESPACHO**

À CMA - SALA DAS COMISSÕES

SEGUE PROJETO DE LEI COM PARECER DA COMISSÃO COMPETENTE,  
PARA DAR SEGUIMENTO A TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI.

Araucária, 26/10/2023 11:57

KAUANA GOUVEIA ZITHOVSKI  
CMA - GABINETE PEDRO DE LIMA

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO – DIPROLE  
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS**

**VOTAÇÃO DE PARECER**

Na reunião realizada no dia 26 de Outubro de 2023 na Sala do Diprole da Câmara Municipal de Araucária, o Vereador Vilson Cordeiro, membro da Comissão de Justiça e Redação, votou favorável ao Parecer nº314/2023 - CJR referente Projeto de Lei nº363/2023. O vereador Irineu Cantador justificou sua ausência através do protocolo nº 138493/2023.

Araucária, 26 de Outubro de 2023.



Assinado digitalmente por:  
**VILSON CORDEIRO**

037.688.759-11  
26/10/2023 13:51:03

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/10/2023 13:51 - 03:00 - 03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://ic.atende.net/ip653a98fdb6b70>.  
POR VILSON CORDEIRO - (037.688.759-11) EM 26/10/2023 13:51





**Prefeitura do Município de Araucária**

**Processo nº 131610/2023**

## **DESPACHO**

À CMA - DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO

Encaminhado à Diretoria do Processo Legislativo para prosseguimento regimental.

Araucária, 26/10/2023 14:14

MARIANA TELES GRESSINGER  
CMA - SALA DAS COMISSÕES

### DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

**SESSÃO:** 113ª Sessão Ordinária da 18ª Legislatura

**DATA:** 31/10/2023

**MATÉRIA:** Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 363/2023

**TURNO:** Único

**RESULTADO:** Aprovada pela unanimidade dos presentes.

### **VOTOS**

**FAVORÁVEIS:** 08

**CONTRÁRIOS:** 00

**IMPEDIMENTOS/ABSTENÇÕES:** 00

**AUSÊNCIAS:**

O Vereador Pedrinho Gazeta esteve ausente.

O Vereador Fabio Pavoni ausentou-se do Plenário.



Assinado digitalmente por:  
**IRINEU CANTADOR**

307.519.939-72  
01/11/2023 08:37:54

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.



### DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

**SESSÃO:** 113ª Sessão Ordinária da 18ª Legislatura

**DATA:** 31/10/2023

**MATÉRIA:** Projeto de Lei nº 363/2023

**TURNO:** Primeiro

**RESULTADO:** Aprovado pela unanimidade dos presentes.

### **VOTOS**

**FAVORÁVEIS:** 09

**CONTRÁRIOS:** 00

**IMPEDIMENTOS/ABSTENÇÕES:** 00

**AUSÊNCIAS:**

O Vereador Pedrinho Gazeta esteve ausente.



Assinado digitalmente por:  
**IRINEU CANTADOR**

307.519.939-72  
01/11/2023 08:38:11

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**

**ESTADO DO PARANÁ**  
**Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato**

---

**REDAÇÃO COM EMENDAS**  
**PROJETO DE LEI Nº 363/2023**  
**Iniciativa: Ben Hur Custódio de Oliveira**

Inclui dispositivos na Lei Municipal nº 2360/2011.

**Art. 1º** Fica inserido o §3º no art. 22 da Lei Municipal nº 2360/2011, com a seguinte redação:

*“§3º É proibida a prestação do serviço de Táxi, cuja viagem tenha origem e se inicie dentro dos limites territoriais de Araucária, por Táxi oriundo de outro município ou estado, considerando neste caso veículo sem licenciamento e autorização para prestação do serviço de transporte remunerado, pois não atende os requisitos desta lei, ficando sujeito a fiscalização por parte da SMUR através do Departamento de Trânsito Municipal ou seu equivalente”.*

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2023.



Assinado digitalmente por:  
**PEDRO FERREIRA DE LIMA**

633.689.869-53  
01/11/2023 11:34:26

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

**PEDRO FERREIRA DE LIMA**  
**Relator CJR**

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/11/2023 11:34:03-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p654261f94b31c>  
POR PEDRO FERREIRA DE LIMA - (633.689.869-53) EM 01/11/2023 11:34



### DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

**SESSÃO:** 113ª Sessão Ordinária da 18ª Legislatura

**DATA:** 31/10/2023

**MATÉRIA:** Projeto de Lei nº 363/2023

**TURNO:** Primeiro

**RESULTADO:** Aprovado pela unanimidade dos presentes.

### VOTOS

**FAVORÁVEIS:** 09

**CONTRÁRIOS:** 00

**IMPEDIMENTOS/ABSTENÇÕES:** 00

**AUSÊNCIAS:** O Vereador Pedrinho Gazeta esteve ausente.

### DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

**SESSÃO:** 114ª Sessão Ordinária da 18ª Legislatura

**DATA:** 07/11/2023

**MATÉRIA:** Projeto de Lei nº 363/2023

**TURNO:** Segundo

**RESULTADO:** Aprovado pela unanimidade dos presentes.

### VOTOS

**FAVORÁVEIS:** 09

**CONTRÁRIOS:** 00

**IMPEDIMENTOS/ABSTENÇÕES:** 00

**AUSÊNCIAS:** O Vereador Vilson Cordeiro esteve ausente.



Assinado digitalmente por:  
**IRINEU CANTADOR**

307.519.939-72  
07/11/2023 14:23:18

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

Rua Irmã Elizabeth Werka, 55 – Jardim Petrópolis – CEP 83.704-580 – Araucária – Paraná – Fone: (41) 3641-5200



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato**

**OFÍCIO Nº 327/2023 – PRES/DPL (Processo nº 131610/2023)**

**Em 07 de novembro de 2023.**

**Excelentíssimo Senhor Prefeito:**

Através do presente, encaminhamos a Vossa Excelência o Projeto de Lei nº 363/2023 de iniciativa do Vereador Ben Hur Custódio de Oliveira, aprovado por este Legislativo nas Sessões realizadas nos dias 31 de outubro e 07 de novembro de 2023.

Atenciosamente.



Assinado digitalmente por:  
**BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA**

790.676.469-20  
07/11/2023 14:57:40

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

**BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
**HISSAM HUSSEIN DEHAINI**  
Prefeito Municipal  
ARAUCÁRIA – PR

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 07/11/2023 14:57 - 03:00 - 03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p654a7a9e53c50>.  
POR BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA - (790.676.469-20) EM 07/11/2023 14:57







**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato**

**PROJETO DE LEI Nº 363/2023**

Inclui dispositivos na Lei Municipal nº 2.360/2011.

**Art. 1º** Fica inserido o §3º no art. 22 da Lei Municipal nº 2.360/2011, com a seguinte redação:

*“§3º É proibida a prestação do serviço de Táxi, cuja viagem tenha origem e se inicie dentro dos limites territoriais de Araucária, por Táxi oriundo de outro município ou estado, considerando neste caso veículo sem licenciamento e autorização para prestação do serviço de transporte remunerado, pois não atende os requisitos desta lei, ficando sujeito a fiscalização por parte da SMUR através do Departamento de Trânsito Municipal ou seu equivalente”.*

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Araucária, 07 de novembro de 2023.



Assinado digitalmente por:  
**BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA**

790.676.469-20  
07/11/2023 14:58:33

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

**BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA**  
**Presidente**



## Processo Nº 142709 / 2023 - [Tramitando]

Código Verificador: QBG2MYV9

**Requerente:** CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

**Detalhes:** ENCAMINHA O PROJETO DE LEI 363/2023 APROVADO NA SESSÃO REALIZADA NO DIA 07/11/2023

**Assunto:** DOCUMENTOS LEGISLATIVOS

**Subassunto:** PROJETO DE LEI

**Procurador:** EMANOELE DE DEUS SAVAGIN

**Previsão:** 29/11/2023

### Anexos

Descrição	Usuário	Data
Ofício 327-2023 - PL 363-2023.pdf	BEN HUR CUSTODIO DE OLIVEIRA	07/11/2023
PL 363-2023 anexo Ofício 327-2023.pdf	BEN HUR CUSTODIO DE OLIVEIRA	07/11/2023

### Histórico

**Setor:** CMA - DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO

**Abertura:** 07/11/2023 14:51

**Entrada:** 07/11/2023 15:36:59

**Usuário:** EMANOELE DE DEUS SAVAGIN

**Recebido por:** EMANOELE DE DEUS SAVAGIN

**Observação:** ENCAMINHA O PROJETO DE LEI 363/2023 APROVADO NA SESSÃO REALIZADA NO DIA 07/11/2023

**Setor:** SMGO - NAF

**Setor Origem:** CMA - DIRETORIA DO PROCESSO  
LEGISLATIVO

**Setor Destino:** SMGO - NAF

**Saída:** 07/11/2023 15:37

**Entrada:**

**Movimentado por:** EMANOELE DE DEUS SAVAGIN

**Recebido por:**

**Observação:** SEGUE PROJETO DE LEI APROVADO NA SESSÃO DO DIA 07/11/2023

### FOLHA DE INFORMAÇÃO

Os Projetos de Lei nºs 28/2023, 94/2023, 159/2023, 233/2023, 285/2023, 302/2023 e 363/2023, tiveram segunda discussão e votação em plenário, e o Veto ao Projeto de Lei nº 57/2023 e Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 114/2023 tiveram leitura, discussão e votação, e todos poderão ser arquivados.

Araucária, 07 de novembro de 2023.

Atenciosamente,

**Enerzon Darcy Harger Vieira**

**Diretor do Processo Legislativo**



Assinado digitalmente por:  
**ENERZON DARCY HARGER**  
**VIEIRA**  
624.809.289-34  
07/11/2023 16:01:11  
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

